

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO

COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA — INTERMEDIÇÃO - CORRETAGEM - COMISSÃO - PAGAMENTO PARCIAL - ART. 1.102b/CPC

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua nº, em, por seu procurador judicial infra-assinado, inscrito na OAB, Secção do, sob nº, com escritório profissional na Rua nº, nesta Cidade de, Estado do, vem respeitosamente perante Vossa Excelência promover, com fulcro no art. 1.102a e seguintes do CPC, contra, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº; e sua mulher, (qualificação), inscritos no CNPF sob nº, ele portador da carteira de identidade/RG nº, ela portadora da carteira de identidade/RG nº, residentes e domiciliados na Rua nº, nesta....., a presente AÇÃO MONITÓRIA segundos os motivos de fato e de direito que expõe: 1. A autora é empresa que tem seu ramo de atividade voltada à "prestação de serviços de corretagem e intermediações na compra e venda de imóveis, administração, arrendamento, locação, compra e venda de bens imóveis", segundo cláusula do seu contrato social anexo; 2. Que recentemente a requerente intermediou a negociação de compra e venda de um imóvel na rua nº, em, entre a, promitente vendedora e a ora executada (.....), promitente compradora, segundo prova a escritura pública de compromisso de compra e venda, lavrada em, nas notas do; 3. Ainda que, através do referido instrumento público, os réus se obrigaram, a efetuar o pagamento da comissão de corretagem à autora, estipulado em 5% sobre o valor do negócio, ou seja, sobre o valor do imóvel de valor R\$, nos termos da cláusula décima e sétima (os devedores solidários): "A comissão de corretagem de 5% (cinco por cento) sobre o valor do negócio, devida a Intermediações Imobiliárias Ltda, CGC, será pago pela compradora, até" "Que ficam solidariamente responsáveis pelas obrigações deste contrato os co-obrigados". 4. Do valor da comissão devida de R\$ o réu solidário pagou por conta a quantia de R\$..... através do cheque n....., do, emitido em, conta n....., ag., de modo que, restam R\$....., vencidos em e não pagos; 5. que não tendo os devedores honrado sua obrigação consistente no pagamento da comissão expressamente avençada na escritura pública, deseja a autora exigir o adimplemento Diante do exposto, requer-se à Vossa Excelência com fundamento no art. 1.102b do C.P.C., a expedição de mandado para que os réus efetuem o pagamento da quantia de R\$....., ou no mesmo prazo ofereçam embargos, pena de revelia. Requer-se, ainda, a procedência da ação com a conseqüente constituição em título executivo judicial, e condenados os réus ao pagamento do valor de R\$....., acrescidos de correção monetária a partir do vencimento da obrigação (.....) juros de mora, custas processuais e honorários de advogado no percentual de 20% sobre o valor atualizado. Dá-se à ação o valor de R\$..... N. Termos, P. Deferimento., de de Advogado